

Diretor da PF entre a pressão e o apoio

Andrei Rodrigues é cobrado pelo ministro da Justiça a dar explicações sobre afastamento de delegados que elaboraram relatórios a respeito do envolvimento de ministros do STF com Vorcaro. Decano da Corte, Gilmar Mendes sai em defesa do chefe da Polícia Federal

» ALÍCIA BERNARDES
» ARMANDO HOLANDA
» RENATO SOUZA

Isaac Amorim/Ascom/MJSP



Lula Marques/Agência Brasil



O ministro Wellington César Lima e Silva quer justificativa para o afastamento dos delegados, determinado pelo diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues

A crise em que está mergulhada a Polícia Federal, na condução do caso Master, escalou com a cobrança do ministro da Justiça, Wellington César Lima e Silva, ao diretor-geral da corporação, Andrei Rodrigues, para que esclareça a saída dos delegados Daniel Mostardeiro Cola e Wedson Cajé Lopes de funções de chefia na Coordenação-Geral de Repressão à Corrupção, Crimes Financeiros e Lavagem de Dinheiro. Em outra frente, o Congresso aprovou requerimento para ouvir Rodrigues a respeito da decisão (**leia reportagem abaixo**). Em contrapartida, o chefe da PF recebeu o apoio público do ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Os delegados Daniel Cola e Wedson Cajé participaram da elaboração de relatórios que reuniram informações sobre conversas do banqueiro Daniel Vorcaro, dono do Master, com ministros do STF. Os documentos, enviados ao presidente da Corte, Edson Fachin, referiram-se, porém, apenas a Dias Toffoli, Alexandre de Moraes e Kassio Nunes Marques. Entretanto, nas revelações feitas até agora sobre a investigação do Master, há citações, também, a André Mendonça e Luiz Fux.

Rodrigues determinou, então, que os pareceres fossem refeitos, para incluir informações de todos os magistrados da Corte citados em conversas mantidas pelo banqueiro com interlocutores. Além disso, os relatórios deveriam seguir as ordens de Fachin: conter "todas as menções encontradas, sem exceção", garantido, ainda, seu contexto e em "caráter estritamente descritivo".

Daniel Cola e Wedson Cajé foram comunicados sobre o afastamento das funções dois dias depois da apresentação dos relatórios. A Polícia Federal afirma que as alterações fazem parte de uma reestruturação administrativa.

Em nota após os afastamentos, a Associação dos Delegados da Polícia Federal (ADPF) manifestou repúdio à decisão, defendeu a autonomia das autoridades policiais para investigar e criticou o comando da corporação. "O episódio também evidencia, na avaliação da entidade, uma postura recorrente da atual direção da Polícia Federal, marcada por atos que contrariam princípios historicamente observados pela instituição, como o respeito à condução dos inquéritos por seus respectivos presidentes e o necessário distanciamento da gestão em relação à atividade de polícia judiciária", enfatizou.

Na semana passada, Rodrigues havia se desfiliado ADPF, depois de 24 anos como membro da associação. Ele estaria ressentindo com a falta de uma defesa incisiva da entidade quando foi afastado do cargo pelo ministro André Mendonça, do STF.

Decano do STF

Enquanto é cobrado pelo Ministério da Justiça e pelo Congresso, Andrei Rodrigues recebeu a solidariedade do ministro Gilmar Mendes. Em publicação nas redes sociais, o decano do STF enfatizou a independência das investigações da PF e defendeu a autonomia do diretor-geral para promover mudanças administrativas.

"Andrei Rodrigues, delegado de carreira que dedicou mais de duas décadas de sua vida ao Brasil, tem conduzido a Polícia Federal com integridade e independência. Sua postura republicana à frente da corporação dá a medida de seu caráter", escreveu no X.

Gilmar também relembrou o apoio manifestado por integrantes da cúpula da PF ao diretor-geral, em setembro, quando sua conduta foi alvo de questionamentos. Na ocasião, 11 dos 13 diretores da instituição vieram a público defender a atuação de Rodrigues, classificada pelo decano como "técnica, isenta e responsável".

Na publicação, o magistrado citou operações conduzidas pela PF nos últimos anos, entre elas a Carbono Oculto, que atingiu estruturas financeiras do crime organizado no setor de combustíveis, e a Unha e Carne, no Rio de Janeiro, voltada a agentes políticos e policiais ligados a facções criminosas e esquemas de lavagem de dinheiro. Segundo o decano, os resultados demonstram a capacidade da corporação de atuar com "destemor, firmeza e rigor técnico".

O ponto central da manifestação, no entanto, foi a defesa da prerrogativa do diretor-geral de realizar alterações na estrutura administrativa da instituição. "A autonomia da Polícia Federal precisa ser preservada, e isso inclui a competência do diretor-geral para promover mudanças administrativas legítimas, inspiradas no melhor interesse público", frisou.

Gilmar reforçou, ainda, a confiança na condução da PF e afastou dúvidas sobre a integridade de Rodrigues. "A trajetória de Andrei não deixa dúvida sobre a lisura de suas decisões de gestão. Registro meu apoio e meu reconhecimento pelos serviços que vem prestando ao país", arrematou.

Senado chama Andrei e ministro

» DANANDRA ROCHA

A Comissão de Segurança Pública do Senado aprovou, ontem, requerimentos para ouvir o diretor-geral da Polícia Federal (PF), Andrei Rodrigues; o ministro da Justiça e Segurança Pública, Wellington César Lima e Silva; e os delegados afastados de funções de chefia durante a investigação do Banco Master. Os pedidos buscam esclarecer as circunstâncias das mudanças na equipe responsável pelo caso e possíveis interferências políticas no trabalho técnico da corporação.

Autor dos requerimentos, o senador Alessandro Vieira (MDB-SE) afirmou ao **Correio** que a aprovação dos pedidos é uma oportunidade para esclarecer se houve interferência política nas investigações. "É ter a possibilidade da transparência para os brasileiros sobre se há ou não interferência política no trabalho técnico da Polícia Federal. Isso é fundamental para quem acredita na justiça", declarou.

Vieira informou que o ministro Wellington Lima e Silva já confirmou presença na próxima quarta-feira, às 14h30, em uma reunião conjunta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) com a Comissão de Segurança Pública. Sobre o diretor-geral da PF, o senador explicou que ele está fora do país e ainda não havia sido contactado.

A expectativa é de que os convidados prestem esclarecimentos sobre as alterações na equipe responsável pelo caso Master e a reformulação de relatórios produzidos durante a investigação.

A iniciativa do Senado ocorre após o afastamento de Daniel Mostardeiro Cola e Wedson Cajé Lopes de funções de chefia em áreas da Polícia Federal ligadas ao combate à corrupção, aos crimes financeiros e à lavagem de dinheiro. Os dois delegados participaram da elaboração de relatórios que reuniram referências a ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) encontradas em materiais apreendidos na investigação envolvendo Daniel Vorcaro, dono do Banco Master.

Reorganização

A direção da PF determinou a reformulação dos documentos para que apresentassem as mensagens identificadas e seus respectivos contextos, sem análises ou conclusões sobre a conduta dos ministros.

Saulo Cruz/Agência Senado



Os requerimentos aprovados pela Comissão de Segurança Pública do Senado são de autoria de Alessandro Vieira

> **É ter a possibilidade da transparência para os brasileiros sobre se há ou não interferência política no trabalho técnico da Polícia Federal. Isso é fundamental para quem acredita na justiça"**
>
> ***Alessandro Vieira (MDB-SE),*** *senador, autor dos requerimentos*

A corporação justificou o afastamento dos agentes como parte de uma reorganização administrativa e informou que as equipes responsáveis pelos inquéritos permanecem inalteradas. A decisão, no entanto, provocou questionamentos de integrantes da carreira e da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF), que manifestaram preocupação com a autonomia dos investigadores.

Na terça-feira, Andrei Rodrigues pediu desfiliação da ADPF, encerrando um vínculo de 24 anos com a entidade. O pedido foi formalizado em 6 de novembro, em meio às divergências sobre a atuação da associação e a representação da categoria.

Um dos pontos de atrito foi a reação da entidade ao afastamento do diretor-geral, determinado em setembro pelo ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF). Na ocasião, a associação questionou a decisão individual e defendeu que o afastamento fosse submetido ao plenário da Corte. A entidade também passou a defender maior autonomia administrativa, financeira e funcional para a PF, além de mandato fixo para o diretor-geral.

Saiba mais

Flávio segue à frente de comissão

A sessão da Comissão de Segurança Pública do Senado foi conduzida pelo senador Hamilton Mourão (Republicanos-RS), que substituiu Flávio Bolsonaro (PL-RJ) à frente dos trabalhos. O candidato derrotado à Presidência fugiu para os Estados Unidos após as eleições.

Apesar de estar fora do país, Flávio permanece na Presidência da comissão. Em conversa com jornalistas, Mourão confirmou que o parlamentar continua acompanhando as atividades do colegiado e poderá participar das próximas reuniões. "Ele é o presidente da comissão", reiterou. Mourão acrescentou que Flávio poderá fazer perguntas aos convidados caso participe de uma sessão presencial, como está previsto para a próxima quarta-feira.

Ele também descartou a possibilidade de uma transferência automática do comando em razão da ausência do titular. Segundo disse, qualquer senador pode assumir temporariamente a condução de uma reunião, desde que haja entendimento entre os parlamentares, mas uma mudança definitiva na Presidência exigiria nova eleição.